

*Feliz Natal
e que com o
empenho de
todos se renove
a esperança
para 2022
com
crescimento*



INFORMAÇÕES

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

A Administração Pública no PRR - p. 2-3
Visto na imprensa em novembro - p. 4-7
O Jurista responde - p. 8
Legislação de novembro - p. 9-10
Aconteceu em dezembro - p. 11
Cultura e lazer - p. 12

12/2021

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)



PARTE II

No PRR, estão previstos um total de 2.460 milhões de euros (entre 2021 e 2026) para a Transição Digital, dos quais 1.810 milhões de euros destinam-se à Administração Pública (soma das componentes de C17 a C20) da Tabela, representando cerca de 74% do total digital e quase 11% do Total do PRR.

No âmbito da vertente digital da Administração Pública (AP), foram assinados, a 25 de novembro

de 2021, os contratos para transformação digital e capacitação da Administração Pública (C19) entre a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), a Direção-Geral do Emprego e Administração Pública (DGAEP) e o Instituto Nacional de Administração (INA), no valor de 325 milhões de euros a serem executados até 2026 (mais de metade do total previsto desta componente = 578 milhões de euros).

Tabela - Transição digital do PRR (2021-2026), em milhões de euros

TRANSIÇÃO DIGITAL		
Componentes	Medidas	Montante
C16	Empresas 4.0	650
C17	Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas	406
C18	Justiça Econ. e Ambiente Negócios	267
C19	Admin. Públ.: - Capacitação, Digitaliz. e Interoperabilidade	578
C20	Escola Digital	559
	Sub-Total	2460
Total PRR	Subvenções + Empréstimos	16644

Fonte: PRR.

- a) A parcela mais importante é a relativa ao investimento na **reformulação do atendimento dos serviços públicos e consulares**, no valor total de 188 milhões de euros, permitindo que os **25 serviços públicos mais procurados pelo cidadão e empresas sejam desmaterializados e disponibilizados de forma coerente no portal único renovado**, no centro único de contacto e na rede de atendimento presencial e gerando poupanças significativas de tempo e custos.
- b) Este investimento irá também **financiar 20 Lojas de Cidadão, 300 Espaços Cidadão e 10**

Espaços Cidadão Móveis até 2026, tendo já sido publicados os primeiros avisos para financiamento de Lojas e Espaços Cidadão. Seguidamente:

- c) A AMA irá gerir o investimento destinado a serviços eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência (em cerca de 65 milhões de euros) e as formações para as novas Lojas e Espaços Cidadão (1,3 milhões de euros).
- d) A DGAEP irá gerir um contrato de cerca de 37

milhões de euros que irá permitir a **realização de 1.500 estágios para técnicos superiores na Administração Pública** e promover o **teletrabalho, através da aquisição de equipamentos portáteis e instalação de 23 espaços de coworking.**

- e) O INA assinou, no âmbito da capacitação, um contrato de financiamento no valor de 34 milhões de euros que irá financiar um vasto **programa de formação em competências digitais para trabalhadores e dirigentes públicos.** As 3 metas deste investimento são: - ter mais **100 mil trabalhadores formados no âmbito dos vários programas;** - **promover a participação de 1.500 trabalhadores e dirigentes em cursos de formação superior e avançada;** - **garantir que 25.500 trabalhadores das administrações central e local obtenham pelo menos mais um nível de escolaridade** (através do Programa Qualifica AP) representando um financiamento de 17 milhões de euros, dos quais cerca de metade sejam trabalhadores da administração local.

Para o efeito foram publicados no DR, 2.ª Série os Despachos n.º 11427/2021, de 19 de novembro ([aqui](#)) e o Despacho n.º 12126/2021, de 14 de dezembro, ([aqui](#)) os quais **criaram o Centro Qualifica AP para a Administração Local e cinco Centros Qualifica AP, com vocação territorial** para dar resposta ao reforço da qualificação profissional dos trabalhadores da administração local, garantindo, sempre que necessário, a dupla certificação (escolar e profissional) e contribuir para a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas.

Do total de 250 mil trabalhadores potenciais beneficiários desta medida do Programa Qualifica, cerca de 129 mil pertencem à administração local, abrangendo nomeadamente a conclusão do ensino secundário (visto que ainda existem atualmente mais de 170 mil funcionários da AP que não o concluíram).

O investimento na Capacitação da AP - formação de trabalhadores e gestão do futuro (integrado

na Componente 19 do PRR) ascende a 16,7 milhões de euros, é executado pelo INA, enquanto entidade coordenadora da formação profissional da AP e o objetivo previsto no PRR pressupõe que 25 500 trabalhadores da AP aumentem um nível de qualificação até ao final do 1º trimestre de 2026.

No âmbito dos Despachos acima mencionados e no quadro do processo de descentralização em curso, compete ao INA, enquanto beneficiário intermediário deste investimento, coordenar e contratualizar os termos de execução física e financeira com as CCDR, onde se encontram sediados os Centros Qualifica AP (Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo e Algarve), beneficiários finais da execução do PRR.

O Conselho de Ministros de 16 de dezembro de 2021 aprovou uma resolução que cria a segunda edição do programa extraordinário de estágios na administração direta e indireta: O EstágiAP XXI que inclui **1.000 vagas de estágio em 2022.**

Este Programa destina-se a jovens licenciados até aos 30 anos que procuram o primeiro emprego ou novo emprego correspondente à sua área de formação. Os estagiários deverão ter direito a uma bolsa mensal de 1.007,49€, correspondente à 1ª posição remuneratória da carreira de técnico superior - nível 11 da TRU).

Este programa visa promover o rejuvenescimento da Administração Pública e atrair jovens qualificados para os serviços do Estado.

O objetivo deste financiamento é dotar a Administração Pública mais qualificada e com um nível de escolaridade mais elevado, visto que cerca de 25% dos trabalhadores da AP não tem o ensino secundário completo e outros 20% apenas terminaram o 12º ano.

Perguntamo-nos: como é que o Governo vai conseguir compatibilizar uma AP mais qualificada e produtiva com os atuais níveis salariais?

Estas são, até agora, as notícias recolhidas. Prometemos estar atentos e continuar a acompanhar a assinatura dos contratos celebrados com os organismos da Administração Pública.

Visto na imprensa em novembro



Administração pública e empresas com "debilidades gritantes"

Administração pública e empresas com "debilidades gritantes" Por Human Resources com Lusa Em 09:20, 2 Nov, 2021 O gestor António Costa e Silva defendeu que a administração pública e as empresas têm "debilidades gritantes", notando que no sistema empresarial há a "síndrome" do Portugal dos Pequeninos

[In Human Resources Portugal Online | 02/11/2021](#)



Milhões de despesas extraordinárias sem controlo no país

Paulo Morais lembra que 10 mil milhões são para empréstimos a medio/longo prazo. DÍVIDAS À BANCA-Parvalorem é o maior devedor do Estado.

[In Correio da Manhã | 01/11/2021](#)



Por entre paredes, enclausurar. Encerrar-se entre paredes.

Costa ficou "emparedado" entre muros - entrevista a António Bagão Félix

Economista e ex-ministro das Finanças admite que regime de duodécimos em que o país entrará a partir de janeiro retire "alguma percentagem de crescimento do PIB", mas alerta que prolongar da crise política atual terá "efeito mais nocivo"

[In Negócios | 02/11/2021](#)



Impasse é negativo para crédito de Portugal

[In Diário de Notícias | 02/11/2021](#)



Quem perde com o chumbo do OE 2022?

[In Jornal de Notícias | 03/11/2021](#)



Lei laboral - Saiba o que vai mudar nas regras do teletrabalho

[In Negócios | 04/11/2021](#)



Empresas que contactem trabalhadores fora do horário arriscam coima até 9.690 euros

A proposta aprovada pelo deputados dita que os empregadores têm de se abster de contactar os trabalhadores no período de descanso.

[In ECO - Economia Online | 04/11/2021](#)



Lei Sindical: Ausência de direito à greve gera preocupações

Sem qualquer referência ao direito à greve, o documento de consulta relativo à lei sindical pode indicar um desequilíbrio na relação entre as forças laborais e o patronato.

[In Plataforma Online | 04/11/2021](#)



Nenhuma das 11 metas do PRR para o primeiro trimestre depende do Parlamento

São 11 marcos que Portugal se comprometeu junto

de Bruxelas a cumprir nos primeiros três meses do ano.

In ECO - Economia Online | 05/11/2021



«Confio em vós, no vosso patriotismo, no vosso espírito democrático»

In Inevitável | 05/11/2021



João Leão afirma que crise não tem origem financeira ou orçamental

"Portugal não tem, neste momento, ao contrário de outras crises, um problema de finanças públicas", sublinhou esta sexta-feira o ministro das Finanças.

In Público Online | 05/11/2021



SNS
SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Dedicação plena no Serviço

Nacional de Saúde: o debate que o tema merece

É essencial que o SNS se dote de gestores que possam dizer "não" a pedidos de dedicação plena por parte de médicos cujo contributo seja questionável ou rescindir o contrato com quem não cumpra, Professor da Escola Nacional de Saúde Pública (Universidade Nova de Lisboa) Na penosa fase final da negociação do Orçamento do Estado, a dedicação exclusiva dos profissionais de saúde foi debatida como uma opção possível para resolver numa semana através de um qualquer despacho ministerial

In Público Online | 05/11/2021



Governo dá alívio extra de 89 milhões no IRS a começar no mês das eleições

O IRS vai baixar em 175 milhões de euros, no próximo ano.

In ECO - Economia Online | 06/12/2021



Provar aumento de despesa no teletrabalho dificulta aplicação da lei

Novas regras do teletrabalho entram em vigor a 1 de Janeiro, na semana em que a adopção deste regime será obrigatória. Trabalhador tem de provar acréscimo de despesas, mas juristas prevêem dificuldades e alguma conflitualidade.

Na semana de 2 a 9 de Janeiro quando o teletrabalho voltar a ser obrigatório, as empresas já terão de contar com a nova lei do teletrabalho e serão obrigadas a suportar as despesas adicionais com este regime

In Público | 07/12/2021



Teletrabalho: assim ficam as principais alterações

Depois de uma maratona de votações que procurou evitar que o diploma caísse com a dissolução do Parlamento, os deputados aprovaram na sexta-feira as novas regras do teletrabalho, que também incluem deveres mais expressos sobre tempos de descanso

In Negócios Online | 07/11/2021



(Des)concertação social

Após semanas de avanços e recuos, as propostas de alteração à legislação laboral no âmbito da Agenda para o Trabalho Digno vão ficar pelo caminho, na sequência do chumbo do Orçamento do Estado para 2022 e a previsível dissolução do Parlamento

In NOVO Online | 07/11/2021



Governo e sindicatos da função pública reúnem-se hoje a dois dias da greve

O Governo e as estruturas sindicais da Administração Pública voltam a reunir-se hoje, a dois dias da greve nacional da Frente Comum (CGTP) e depois de o primeiro-ministro, António Costa, ter garantido uma atualização salarial em 2022

In Diário de Notícias da Madeira Online | 10/11/2021

0,9% Função pública. Atualização de 0,9% avança, mas compressão salarial também

Alexandra Leitão defendeu que ajustar remunerações imediatamente acima do salário mínimo seria uma medida estrutural, que o atual contexto político não permite.

[In Diário de Notícias Online | 11/11/2021](#)



Sindicatos insistem que é possível corrigir "injustiças" salariais em 2022

Sindicatos insistem que é possível corrigir "injustiças" salariais em 2022. Apesar de o Orçamento do Estado (OE) para 2022 ter sido chumbado, o Governo garante que todos os trabalhadores da função pública terão uma atualização salarial de 0,9% em Janeiro do próximo ano.

[In Público | 11/11/2021](#)



MPT quer progressão a cada 4 anos na carreira da Função Pública

O MPT-Madeira "considera injusto que, em regra, sejam necessários 10 anos para um funcionário público suba no escalão remuneratório.

[In Diário de Notícias da Madeira Online | 11/11/2021](#)



Reclamações dos serviços públicos aumentam 123% até outubro. IMT, SNS e Segurança Social lideram queixas

Reclamações dos serviços públicos aumentam 123% até outubro.

[In MultiNews Online | 11/11/2021](#)



Marcelo enaltece ação sindical

[In Correio da Manhã | 11/11/2021](#)



Acerto de contas

[In Correio da Manhã | 15/11/2021](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Se ganhar, PS terá governo mais reduzido e mais compacto

Para responder aos desafios do novo ciclo do país, António Costa está a preparar a equipa, reciclando decisões que tinha previsto para a remodelação São José Almeida. Em caso de vitória do PS nas eleições legislativas antecipadas de 30 de Janeiro de 2022, será "bastante diferente" o Governo que irá ser formado pelo secretário-geral socialista, António Costa.

[In Público | 15/11/2021](#)



Quer saber mais sobre o emprego público? Veja estes gráficos interativos

Ferramenta lançada pela Direção Geral da Administração e Emprego Público permite filtrar e cruzar informação por subsetor, área governativa, carreira e vínculo e verificar qual a evolução desde o início da série da Síntese Estatística do Emprego Público (2011).

[In Notícias ao Minuto Online | 16/11/2021](#)



Governo e sindicatos da função pública realizam hoje ronda suplementar

Governo e sindicatos da função pública realizam hoje uma ronda negocial suplementar, a pedido das estruturas sindicais que mantêm a expectativa de que a proposta do executivo de atualização salarial de 0,9% para 2022 ainda possa ser melhorada.

[In Sapo Online - Sapo 24 Online | 17/11/2021](#)

0,9% Salários da função pública sobem mais, se inflação acelerar

[In Diário de Notícias | 18/11/2021](#)

0,9% "Garantia de atualização salarial em linha com inflação positiva mas insuficiente"

A presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), Helena Rodrigues, considerou hoje positiva, mas insuficiente, a garantia dada pelo Governo de que a atualização salarial da função pública em 2022 não será inferior à inflação

[In Notícias de Coimbra Online | 17/11/2021](#)

0,9% STE considera "positiva mas insuficiente" atualização salarial em linha com a inflação em 2022

Quadros Técnicos do Estado sublinham que o mecanismo apresentado pelo Governo "trata-se apenas de um valor que acompanha a subida da inflação e não de valorizar as remunerações".

[In Renascença Online | 17/11/2021](#)

0,9% Garantia de atualização salarial em linha com inflação positiva mas insuficiente

A presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), Helena Rodrigues, considerou hoje positiva, mas insuficiente, a garantia dada pelo Governo de que a atualização salarial da função pública em 2022 não será inferior à inflação

[In RTP Online | 17/11/2021](#)



Tribunal de Contas. Medidas do governo na habitação durante a crise pandémica são um fracasso

Tribunal de Contas conclui que para aplicar cinco medidas de emergência em 2020 foram previstos 63,5 milhões de euros, mas gastos apenas 10 milhões (16% do total) As cinco medidas extraordinárias que o Governo anunciou e pôs em marcha em 2020 para combater os efeitos da crise pandémica na habitação das famílias mais precárias e pobres (com baixos ou nenhuns rendimentos) são, basicamente, um fracasso, na análise feita pelo Tribunal de Contas (TdC), divulgada esta sexta-feira

[In Diário de Notícias Online | 19/11/2021](#)



Percentagem de funcionários públicos com mais de 55 anos subiu de 16% para 30,7% numa década

Problema do envelhecimento da administração pública tenderá a agudizar-se.

[In Correio da Manhã Online | 22/11/2021](#)



Redução do poder de compra dos trabalhadores das Administrações Públicas

O poder de compra da remuneração média líquida dos trabalhadores da Administração Pública em 2021 é ainda inferior em 10,3% ao de 2010, e há profissões onde é ainda maior.

[In Jornal Tornado Online | 23/11/2021](#)



PRR: Estrutura de missão e IAPMEI assinam contratos de 650 milhões de euros para transição digital

Estes contratos "prevêem um investimento de 650 milhões de euros até 2025 no apoio à transição digital e englobam 13 medidas integradas em três grupos de investimento".

[In Observador Online | 23/11/2021](#)



Depois de pausa no verão, Leão corta no défice há dois meses seguidos

[In Diário de Notícias | 26/11/2021](#)



Segurança Social regista excedente de 859,5 milhões

A Segurança Social registou um excedente de 859,5 milhões de euros até outubro, valor que compara com o saldo de 301,1 milhões de euros verificado nos primeiros 10 meses de 2020, segundo a Síntese da Execução Orçamental

[In Jornal de Notícias Online | 26/11/2021](#)



Tem dúvidas sobre a sua situação laboral?

O jurista responde

Quando tomar conhecimento da minha avaliação, após homologação e, se não concordar, devo assinar?

O avaliado está sempre obrigado a assinar e datar a ficha de avaliação no espaço próprio, porque só assim toma conhecimento formal da avaliação atribuída pelo seu avaliador. Se não concordar com a avaliação homologada pode, no prazo de 5 dias úteis, reclamar fundamentadamente para o dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 72º do SIADAP.

Entre o Dia 2 e 9 de janeiro 2022 não haverá aulas, devido à situação de calamidade. Tenho um filho menor de 12 anos e as funções que exerço não permitem o recurso ao teletrabalho. Que meios legais disponho para prestar apoio ao meu filho?

Nos termos do artigo 2.º n.º 1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 8-B/2021, consideram-se justificadas as faltas ao trabalho motivadas por assistência inadiável a filho ou outro dependente a cargo menor de 12 anos decorrentes de suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais em estabelecimento escolar, determinada por via legislativa ou administrativa de fonte governamental, quando ocorridas, nomeadamente, fora dos períodos das férias escolares.

Para efeitos da justificação dessas faltas, o trabalhador comunica a ausência nos termos do artigo 253.º do Código do Trabalho, cujo n.º 1 é do seguinte teor: A ausência, quando previsível, é comunicada ao empregador, acompanhada da indicação do motivo justificativo, com a antecedência mínima de cinco dias.

Durante essa ausência, o trabalhador tem direito a receber um apoio excepcional correspondente a dois terços da sua remuneração base, pago por inteiro pela entidade empregadora ou em partes iguais por esta e pela segurança social (artigos 23º e 25º do Dec-Lei n.º 10-A/2021).

Estou de férias, mas fui convocado para uma reunião no meu local de trabalho. Sou obrigado a comparecer?

Se tem as suas férias aprovadas e o motivo da convocação não se tratar de uma situação de força maior em que a sua presença seja insubstituível e inadiável, ou imprescindível para o serviço, não terá de interromper as suas férias.

De facto, nos termos do artigo 243º n.º 1 do Código do Trabalho, o dirigente só poderia interromper as férias já iniciadas por exigências imperiosas do funcionamento do serviço.



LEGISLAÇÃO - NOVEMBRO 2021

Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o projeto-piloto de implementação do princípio da «pegada legislativa» no âmbito do procedimento legislativo governamental

Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Determina a prestação do serviço postal universal por um único prestador em todo o território nacional

Resolução da Assembleia da República n.º 291/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a disponibilização de inovação terapêutica para tratamento da esclerose lateral amiotrófica

Resolução da Assembleia da República n.º 292/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo medidas urgentes para ultrapassar as dificuldades na formação dirigida a pessoas com deficiência e incapacidade, no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Lei n.º 79/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Transpõe a [Diretiva \(UE\) 2019/713](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal, a [Lei n.º 109/2009](#), de 15 de setembro, que aprova a Lei do Cibercrime, e outros atos legislativos

Lei n.º 80/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Clarifica os processos de revisão ou reavaliação do grau de incapacidade, alterando o [Decreto-Lei n.º 202/96](#), de 23 de outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei

Lei n.º 78/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Regime de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e proteção dos consumidores

Decreto-Lei n.º 88/2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Desenvolve o sistema de autenticação eletrónica dos cidadãos «Chave Móvel Digital»

Decreto-Lei n.º 89/2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Regulamenta normas da Lei de Bases da Habitação relativas à garantia de alternativa habitacional, ao direito legal de preferência e à fiscalização de condições de habitabilidade

Decreto-Lei n.º 91/2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Regula a instalação, funcionamento e extinção dos Gabinetes dos ex-titulares do cargo de Presidente da República

Decreto-Lei n.º 92/2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Prorroga a vigência do regime do processo extraordinário de viabilização de empresas

Decreto-Lei n.º 96/2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece um regime de integração, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública

Decreto-Lei n.º 105/2021

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura

Lei n.º 70/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Isenção de imposto do selo sobre as operações de reestruturação ou refinanciamento do crédito em moratória

Lei n.º 74/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alteração às regras de enquadramento do Programa de Apoio à Economia Local

Lei n.º 75/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento, alterando a [Lei n.º 46/2006](#), de 28 de agosto, e o regime jurídico do contrato de seguro

Lei Orgânica n.º 4/2021

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Prorroga, para o ano de 2022, o regime excecional e temporário do exercício de direito de voto antecipado para os eleitores que estejam em confinamento obrigatório no âmbito da pandemia da doença COVID-19 e para os eleitores residentes em estruturas residenciais e estruturas similares, alterando a [Lei Orgânica n.º 3/2020](#), de 11 de novembro

Portaria n.º 236/2021

FINANÇAS E JUSTIÇA

Define o mapa de pessoal do Balcão Nacional do Arrendamento e do Serviço de Injunção em Matéria de Arrendamento

Portaria n.º 237/2021

FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Alteração da [Portaria n.º 934/2006](#), de 8 de setembro, que aprova o Regulamento de Taxas

Portaria n.º 256/2021

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL E CULTURA

Aprova o Regulamento para a Classificação e

Avaliação da Informação Arquivística das Entidades da Área Governativa da Economia e Transição Digital

Portaria n.º 257/2021

JUSTIÇA

Regulamenta o regime do procedimento de injunção em matéria de arrendamento

Portaria n.º 260/2021

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL, NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, FINANÇAS E EDUCAÇÃO

Aprova as percentagens do mecanismo de correção cambial criado pelo [Decreto-Lei n.º 35-B/2016](#), de 30 de junho, para o 1.º semestre de 2021

Portaria n.º 261/2021

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Aprova o Regulamento da Atividade de Fiscalização do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Portaria n.º 272/2021

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Cria o Programa «Qualificação para a Internacionalização», no âmbito do «Programa Internacionalizar 2030»

Portaria n.º 274-A/2021

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Estabelece o modelo, procedimentos e condições necessárias à aplicação do [Decreto-Lei n.º 66/2021](#), de 30 de julho, que cria a tarifa social de fornecimento de serviços de Internet

Portaria n.º 277/2021

FINANÇAS, MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SAÚDE

Define os termos da consolidação das atuais situações de mobilidade e cedência de interesse público no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, prevista no artigo 53.º da [Lei n.º 75-B/2020](#), de 31 de dezembro

Despacho n.º 11888-B/2021

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Planeamento - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças, da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Ministro do Planeamento

Aprova o contingente de postos de trabalho com vista à abertura de procedimentos concursais para a contratação excecional de trabalhadores para a constituição de relações jurídicas de emprego a termo resolutivo certo ou incerto, pelo período máximo de execução dos respetivos projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência

Despacho n.º 12126/2021

Modernização do Estado e da Administração Pública, Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Coesão Territorial - Gabinetes das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública e da Coesão Territorial e dos Secretários de Estado Adjunto e da Educação e Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional

Cria cinco Centros Qualifica AP, com vocação territorial, dando resposta às necessidades de qualificação de trabalhadores da administração central e local

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 59/2021/A

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Apoio à mobilidade geográfica laboral

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 57/2021/A

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Investimento e capacitação para uma agricultura sustentável

Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2021/A

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova os estatutos e quadro do pessoal dirigente e de chefia do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA

Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2021/A

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova o Regulamento do Exercício da Atividade Industrial na Região Autónoma dos Açores

Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2021/A

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova o Regulamento de Funcionamento do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência

Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2021/M

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a orgânica da Secretaria Regional das Finanças

Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2021/M

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a nova organização e funcionamento do XIII Governo Regional da Madeira e revoga o [Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M](#), de 19 de novembro, retificado pela [Declaração de Retificação n.º 59/2019](#), de 5 de dezembro

Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2021/M

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Procede à primeira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2015/M](#), de 17 de agosto, que aprova a orgânica da Direção Regional de Estatística da Madeira

Decreto Regulamentar Regional n.º 13-A/2021/M

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários residentes na Região Autónoma da Madeira

Aconteceu...

em dezembro

- 1 de 1868.** Foi publicado o primeiro número de «O Primeiro de Janeiro», jornal diário do Porto.
- 2 de 1859.** Nascimento do pintor francês Georges Seurat (1859-1891), em Paris. Foi um dos fundadores do movimento neo-impressionista em finais do século XIX.
- 3 de 1931.** Os Domínios da coroa britânica tornaram-se independentes no poder legislativo, por meio da passagem do Estatuto de Westminster, que previa a equiparação completa entre os domínios do Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Terra Nova e Irlanda.
- 4 de 1829.** A Grã-Bretanha aboliu o «suttee» na Índia, prática tradicional pela qual as mulheres indianas ardiam vivas na pira funerária do marido.
- 5- de 1917.** Sidónio Pais, embaixador de Portugal em Berlim de 1912 a 1916, na altura professor da escola de Guerra (*Academia Militar*), e major, chefiou uma revolução que o levará ao poder três dias depois. O movimento e a situação política que criou será conhecido pelo «Dezembrismo».
- 6 de 1185.** D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, morreu em Coimbra
- 7 de 43 a.c..** Morte do filósofo romano Cícero (Marcus Tullius). Advogado e político é considerado o mais importante filósofo romano.
- 8 de 1720.** D. João V fundou a Academia Portuguesa de História.
- 9 de 1913.** O ministro dos negócios estrangeiros alemão, fazendo no *Reichtag* o discurso anual sobre política externa, torna pública a existência de negociações com a Grã-Bretanha sobre a divisão das colónias portuguesas pelas duas potências e prevê o êxito das mesmas.
- 10 de 1836.** A importação e exportação de escravos nos territórios portugueses a Sul do Equador foi proibida. É a primeira medida efectiva promulgada em Portugal contra o tráfico escravagista.
- 11 de 1807.** Motim em Lisboa, motivado pelo içar da bandeira francesa no castelo de São Jorge, após uma parada militar pelo exército francês de ocupação, comandado pelo general Junot.
- 12 de 1897.** Fundação da cidade de Minas, que em 1903 se passará a chamar Belo Horizonte.
- 13 de 1521.** Morte de D. Manuel I (1469-1521), rei de Portugal.
- 14 de 1955.** Portugal adere à ONU.
- 15 de 1995.** A unidade de conta europeia, a futura moeda europeia, é baptizada com o nome de *Euro*.
- 16 de 1969.** O Parlamento britânico aboliu a pena de morte.
- 17 de 1906.** Nascimento do musicólogo e compositor português Lopes Graça.
- 18 de 1956.** O Japão foi admitido na ONU
- 19 de 1946.** A guerra da Indochina começou quando as forças Vietcong de Ho Chi Minh atacaram o exército francês que os tentava expulsar do Vietname.
- 20 de 1894.** O Comité Olímpico Português foi criado.
- 21 de 1805.** Manuel Maria Barbosa du Bocage morre em Lisboa.
- 22 de 1989.** O ditador comunista Nicolae Ceausescu, presidente da Roménia, foi deposto no seguimento de uma revolta popular.
- 23 de 1901.** Nascimento do imperador japonês Hirohito (1901-1989), em Tóquio.
- 24 de 1871.** Estreia da ópera de Verdi *Aida*, no Cairo, Egipto.
- 25 de 336.** Dia de Natal. A data de nascimento de Jesus Cristo é desconhecida, mas é celebrada pela Igreja (Católica Romana) Ocidental neste dia desde 336 d.C.
- 26 de 1807.** Uma força militar britânica, comandada pelo general Beresford, ocupou a ilha da Madeira.
- 27 de 1831.** Charles Darwin partiu de Plymouth, em Inglaterra, a bordo do navio de guerra britânico *Beagle* na sua expedição científica, que durou cinco anos.
- 28 de 1947.** Victor Manuel III, último rei de Itália, morreu em Alexandria, Egipto, no exílio.
- 29 de 1883.** Nascimento do filósofo português Leonardo Coimbra (1883-1936) em Lixa, Amarante. Foi um dos fundadores da Renascença Portuguesa.
- 30 de 1947.** O rei Miguel da Roménia foi obrigado a abdicar quando o Partido Comunista tomou o poder.
- 31 de 1895.** Realizou-se em Paris a primeira sessão paga de cinema.

TEC

Teatro Experimental de Cascais



CHARLOTTE, eu sou a minha própria mulher, de Doug Wright

tradução **Miguel Graça**

encenação **Carlos Avilez**

cenografia e figurinos **Fernando Alvarez**

desenho de luz **Rui Monteiro**

com **Marco D'Almeida**

JAN. / FEV. 2022
TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO
bilhetes à venda em breve

Fonte: <https://www.tecascais.com/>

PROTOSCOLOS

FISIOGASPAR



Condições especiais para os associados:

Fisioterapia: Desconto de 10%* nas sessões de fisioterapia (não aplicável a sessões de RPG, Biofeedback, Avaliação Isocinética, EPI, Drenagem Linfática, Ondas de Choque, Palmilhas, Mesoterapia, Classes de Performance e Treino Postural, produtos ou acessórios de utilização individual).

• **Hidroterapia:** Desconto de 10%* nas sessões de hidroterapia (não aplicável a classes de hidro, produtos ou acessórios de utilização individual).

• **Medical Spa:** Desconto de 10%* em tratamentos ou massagens (não aplicável a Terapias MTC, “Detalhes Spa”, vouchers, packs de tratamentos ou packs de múltiplos serviços. Podem excluir-se ainda algumas referências quando mencionadas nas brochuras ou divulgações FisioGaspar).

• **Private Gym:**

Opção a): Desconto de 10%* na mensalidade aquando da subscrição “12 meses - Fidelização”, inclui oferta de avaliação e inscrição. No caso do pagamento adiantado dos 12 meses da fidelização, acrescem mais 5%* de desconto na mensalidade.

Opção b): Desconto de 15%* na mensalidade aquando da subscrição “Sem Fidelização”. Desconto aplicável à “sessão de avaliação”.

Às opções a) e b), não se aplicam os descontos nas Aulas de Grupo, “add on” Personal Trainer e “add on” Preparação Específica para Modalidades, produtos ou acessórios de utilização individual. Em ambas as opções acresce o valor de seguro anual.

Consulte em: [Protocolos STE | Sindicato de Quadros Técnicos e Dirigentes da Função Pública](#)

Lisboa - Sede
R. Braamcamp, 88, 2º Dto.
1269-111 Lisboa
Tel.: 213 860 055
(3 linhas)
Tel. Móvel: 961724106/
961880239/963773017
Fax: 213 860 785
ste@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª a 6ª - 9:00-21:00
Sec. Regional do Porto
R. da Alegria, 248, 1º Esq.
4000-034 Porto
Tel./Fax: 222 004 630
Tel. Móvel: 938648672
porto@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 10:00-18:00
3ª e 5ª - 11:00-19:00
Sec. Regional de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães,
676, 3º andar - Sala 3
3000-174 Coimbra
Telef.: 239 838 176
Fax: 239 825 186
Tel. Móvel: 925783119
coimbra@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 14:00-19:00
Sec. Regional de Évora
Alcárcova de Baixo, 54
Sala B
7000-841 Évora

Tele Fax: 266 744 771
evora@ste.pt

Sec. Regional do Algarve
Edifício Ninho de
Empresas
Piso 2, Gab. 13

Estrada da Penha
8000-489 Faro
Tel. Móvel:

925494067/925494065
algarve@ste.pt

Sec. Regional da Guarda
R. Alm. Gago Coutinho,
10, 1º - Centro Dto. Fte.
6300-Guarda

guarda@ste.pt
Tel. Móvel: 961724137

Sec. Regional de Viseu
R. do Gonçálinho, 53
Sala 6
3500-137 Viseu

viseu@ste.pt
Tel. Móvel: 961879731

Sec. Regional dos Açores
R. do Rego, 24 - 1º andar
9700-161 Angra do
Heroísmo

Tele Fax: 295 217 079
acores@ste.pt

Sec. Regional da Madeira
R. Câmara Pestana, 6
1º andar - Sala D
9000-043 Funchal

Tel. Móvel:
925494067/925494065
madeira@ste.pt

Diretora
Rosa Sousa

Periodicidade: Mensal